



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSF - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

CONTRATO 8/2022 - SR/PF/PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022-SR/PF/PR

Processo nº 08385.006164/2022-07

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 8/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ E A EMPRESA COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS PERUSSE LTDA.

A União Federal, por intermédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, com sede na Rua Professora Sandália Monzon, 210, bairro Santa Cândida, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0032-32, neste ato representada pelo Superintendente Regional, **OMAR GABRIEL HAJ MUSSI**, Delegado de Polícia Federal, nomeado pela Portaria nº 12.891-DG/PF, de 1º de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 125, de 2 de julho de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) empresa **COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS PERUSSE LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.380.207/0001-00, sediado(a) na Rua José Valle, Nº 1810 - Santa Felicidade - Curitiba/PR, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **UZIEL SAAR PERUSSE**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6.056.303-9, expedida pela (o) SSP/PR, e CPF nº 806.175.659-53, tendo em vista o que consta no Processo nº 08385.006164/2022-07 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica/de Licitação nº 06/2022-SR/PF/PR, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição contínua de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - P/13 e P/45, para entrega parcelada e sob demanda, para atender as necessidades da Superintendência de Polícia Federal no Paraná, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica, identificado no preâmbulo e à(s) proposta(s) vencedora(s), independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - com registro na ANP - acondicionado em cilindros padrões de 45 kg, à base de troca, na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ - SR/PF/PR, no endereço: Rua Professora Sandália Monzon, 210, Bairro Santa Cândida, Curitiba/PR.	Unidade	06	R\$ 465,00	R\$ 2.790,00
2	Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - P13 ou Gás de Cozinha - com registro na ANP - Botijão de 13 Kg, na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ - SR/PF/PR, no endereço: Rua Professora Sandália Monzon, 210, Bairro Santa Cândida, Curitiba/PR.	Unidade	12	R\$ 122,00	R\$ 1.464,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021.

2.2. Nos termos do Art. 106 da Lei 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sendo que, neste último caso, a extinção mencionada ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 4.254,00 (quatro mil duzentos e cinquenta e quatro reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200364
Fonte: 0100000000
Programa de Trabalho: 172371
Elemento de Despesa: 339030
PI: PF99900AG22

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações e consequências previstas em lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Aviso de Dispensa Eletrônica;

12.1.2. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo correspondente, desde que haja conveniência para a Administração.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES.

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Curitiba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba/PR, na data da assinatura eletrônica.

OMAR GABRIEL HAJ MUSSI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Ordenador de despesas
Responsável Legal da Contratante - SR/PF/PR
(Assinado Digitalmente)

UZIEL SAAR PERUSSE
Representante legal da CONTRATADA
COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GAS PERUSSE LTDA.



Documento assinado eletronicamente por **OMAR GABRIEL HAJ MUSSI**, **Superintendente Regional**, em 03/06/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **UZIEL SAAR PERUSSE**, **Usuário Externo**, em 03/06/2022, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23578418** e o código CRC **00992BFD**.

6.2.1 A candidata gestante que tiver adiada a participação no Curso de Formação Profissional terá vaga reservada automaticamente no curso subsequente.

6.2.2 A vaga reservada para a candidata gestante no Curso de Formação Profissional subsequente não poderá ser ocupada por outro candidato no curso realizado no período original, previsto no edital do concurso público.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Eventuais editais de convocação para o CFP, em terceira chamada, serão publicados no Diário Oficial da União e divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pf_21.

MARIANA PARANHOS CALDERON
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL
EDITAL Nº 67, DE 3 DE JUNHO DE 2022
CONCURSO PÚBLICO

Proveniente de vagas no cargo de papiloscopista policial federal

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Tutela cautelar antecedente n. 1038500-21.2021.4.01.0000 - 6ª Turma/ TRF 1ª, torna público que o candidato sub judice Heraclito de Oliveira Costa, inscrição nº 00009564, oriundo do concurso público para provimento de vagas no cargo de Papiloscopista Policial Federal, regido pelo Edital nº 01/2004-DGP/DPF-NACIONAL, de 30 de março de 2004, foi convocado, matriculado e concluiu o XIX Curso de Formação Profissional (CFP) de Papiloscopista Policial Federal.

MARIANA PARANHOS CALDERON
EDITAL Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2022
CONCURSO PÚBLICO

Proveniente de vagas no cargo de escrivão de polícia federal

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível nº 0061722-40.2009.4.01.3400, em trâmite na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (processo referência nº 0061722-40.2009.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF), torna público que o candidato sub judice Daniele Vieira Ferreira, inscrição nº 10014719, oriundo do concurso público para provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia Federal, regido pelo Edital n. 14-DGP/DPF, de 24 de julho de 2009, foi convocado, matriculado e concluiu o XLI Curso de Formação Profissional (CFP) de Escrivão de Polícia Federal.

MARIANA PARANHOS CALDERON
EDITAL Nº 69, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Concurso Público Para Proveniente de Vagas No Cargo de Papiloscopista Policial Federal

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAL, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0037773-79.2012.4.01.3400, em trâmite na 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, torna público que a candidata sub judice Daniele Vieira Ferreira, inscrição nº 10012184, oriunda do concurso público para provimento de vagas no cargo de Papiloscopista Policial Federal, regido pelo Edital nº 2/2012 - DGP/DPF, de 14 de março de 2012, foi convocada, matriculada e concluiu o XIX Curso de Formação Profissional (CFP) de Papiloscopista Policial Federal.

MARIANA PARANHOS CALDERON
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 16/2021

Esta pregoeira torna público o resultado do pregão supramencionado: Empresa Vencedora:WORLD TRADE SERVICE INC, sediada 1050 Nine North Dr Suite A, Alpharetta, GA 30004, USA, Representada pelo Sr. CLAUDIO CAVALLINI DE SOUSA; Valor Unitário de R\$ 5,12 (cinco reais e doze centavos).

SUMAYA TORRES DE SOUZA GUIMARÃES
Pregoeira/PF

(SIDECA - 06/06/2022) 200340-00001-2022NE800000
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 200346 - SR/PF/BA

Número do Contrato: 8/2020.
Nº Processo: 08255.001089/2020-01.
Pregão. Nº 8/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA BA. Contratado: 21.938.382/0001-79 - HIGICLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 08/2020 - sr/pf/ba, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 02/08/2022 a 01/08/2023, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.. Vigência: 02/08/2022 a 01/08/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 1.212.307,92. Data de Assinatura: 06/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2022

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 26/05/2022 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço autônomo de acesso dedicado à rede mundial de computadores Internet, a ser instalado na sala técnica do CRIS/SIP/SR/PF/MG, na base FICCO/PAMPULHA e nas bases operacionais em São João Del Rey/MG e em Poços de Caldas/MG, segundo os itens definidos no termo de referência. Total de Itens Licitados: 00008 Novo Edital: 07/06/2022 das 09h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Nascimento Gurgel,30 - Bairro Gutierrez - Bhz/mg BELO HORIZONTE - MG. Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2022 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/06/2022, às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br.

CLAYTON ALEXANDRE FERREIRA
Comissão Permanente de Licitação

(SIDECA - 06/06/2022) 200350-00001-2022NE999999

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2022 - UASG 200364 - SR/PF/PR

Nº Processo: 08385.006164/2022-07.
Dispensa Nº 6/2022. Contratante: 00.394.494-0032-32 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PR.
Contratado: 01.380.207/0001-00 - COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS PERUSSE LTDA. Objeto: Aquisição contínua de gás liquefeito de petróleo GLP p/13 e p/45, para entrega parcelada e sob demanda, a fim de atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná - SR/PF/PR, conforme condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: II. Vigência: 03/06/2022 a 03/06/2023. Valor Total: R\$ 4.254,00. Data de Assinatura: 03/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - PR

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2022

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 26/05/2022 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00005 Novo Edital: 08/06/2022 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Avenida Paraná 3470/3471, Jardim Polo Centro FOZ DO IGUAÇU - PR. Entrega das Propostas: a partir de 08/06/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/06/2022, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FABIO SEIJI TAMURA
Ordenador de Despesas

(SIDECA - 06/06/2022) 200366-00001-2022NE000017

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Repactuação do contrato 02/2020-sr/pf/rj referente ao reajuste da cct 2021/2022 e reajuste das tarifas de transportes nos municípios de niterói, nova iguaçu, angra dos reis, volta redonda e petrópolis..

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).'

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO SR/PF/SP 09/2022 - UASG 200360

Processo SEI-PF nº 08501.001383/2021-37. - Partes: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - CNPJ: 00.394.494/0040-42 e EMPRESA VERTICO BAURU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ nº 10.193.021/0001-24. Objeto: O objeto do presente contrato é a cessão gratuita e com exclusividade de espaço e infraestrutura no Boulevard Shopping Bauru, VERTICO BAURU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., Rua General Marcondes Salgado nº 11-39, Bairro Chácara das Flores, na Cidade de Bauru, SP, CEP 17.013- 113, para instalação e funcionamento do Posto de Emissão de Passaportes da Polícia Federal (PEP Modelo D), ficando o presente contrato vinculado às especificações constantes do Projeto Básico - ANEXO II, documentos técnicos anexos ao Instrumento Convocatório e Proposta Técnica.. SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS - Vigência: até 17/05/2023.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 200404 - SR/PF/TO

Número do Contrato: 11/2019.
Nº Processo: 08297.001155/2019-13.
Pregão. Nº 12/2019. Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE TO. Contratado: 02.676.310/0001-56 - IDEIAS TURISMO EIRELI. Objeto: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar a vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Vigência: 03/08/2022 a 02/08/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 625.006,95. Data de Assinatura: 06/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 200129 - SRPRF-AL

Número do Contrato: 27/2018.
Nº Processo: 08670.004634/2018-98.
Pregão. Nº 10/2018. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-AL. Contratado: 06.064.175/0001-49 - AIRES TURISMO LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo contratual em 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato n.º 27/2018, empresa aires turismo ltda (cnpj nº 06.064.175/0001-49). Vigência: 21/12/2018 a 21/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 226.696,25. Data de Assinatura: 06/06/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/06/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

3º EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Resultado de Recurso de Multa Em 1ª Instância

A Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI/BA da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, notifica do resultado do recurso de multa em 1ª instância de que tratam os artigos 285 e 286 do CTB os requerentes abaixo relacionados, referente a 10ª Sessão Deliberativa da JARI ano 2021. No caso de indeferimento do recurso, a partir da publicação deste edital, até o prazo de 30 dias, poderá ser interposto recurso de multa em 2ª instância contra a decisão da JARI, por escrito, devendo ser obedecidas as Resoluções 299/09 e 404/12 do CONTRAN e os artigos 288, 289 e 290 do CTB. Instruir o recurso com, no mínimo: requerimento, devidamente preenchido, com as razões do recurso, e assinado; cópia do documento de identificação do requerente que comprove sua assinatura; procuração, quando for o caso; quando pessoa jurídica, documento que comprove a representação. O recurso de multa em 2ª instância, caso interposto, poderá ser entregue em qualquer unidade da Polícia Rodoviária Federal, ou enviado via remessa postal (recomenda-se que seja com aviso de recebimento) para o endereço da Polícia Rodoviária Federal da Unidade da Federação onde ocorreu a infração. Os endereços e formulários estão disponibilizados na internet (www.prf.gov.br) ou poderão ser solicitados em qualquer unidade da Polícia Rodoviária Federal. No caso de deferimento do recurso de multa em 1ª instância, a

